

A INTERCULTURALIDADE E SEUS DESAFIOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Juliana Azevedo Raymundo¹
Marina Garcia²

RESUMO:

Este presente artigo discorre a respeito das relações multiculturais no contexto escolar, traçando uma análise entre surgimento da cultura como objeto de estudo e de que maneira a educação tornou-se em ferramenta essencial no processo de transmissão cultural. A pesquisa possui caráter bibliográfico e qualitativo, onde busca conhecer os modelos de abordagens culturais dentro do ambiente escolar, investigando o papel da escola na qualidade de instrumento modificador das esferas sociais vigentes, inferindo no modelo intercultural, de modo em que sua prática possa ser efetivada mediante a utilização de uma educação histórico-crítica dos conteúdos, contribuindo para combater desigualdades sociais e culturais, auxiliando no processo de formação dos alunos e suas respectivas práticas sociais..

PALAVRA CHAVE: *Multiculturalidade. Intercultural. Escola.*

ABSTRACT:

This article discusses multicultural relations in the school context, drawing an analysis between the emergence of culture as object of study and how education has become an essential tool in the process of cultural transmission. The research has a bibliographic and qualitative character, where it seeks to know the models of cultural approaches within the school environment, investigating the role of the school as a modifying instrument of the current social spheres, inferring in the intercultural model, so that its practice can be carried out through the use of a historical-critical education of the contents, contributing to combat social and cultural inequalities, helping in the process of training students and their respective social practices.

KEYWORD: *Multiculturality. Intercultural. School.*

¹ Instituição: FIC/FEUC - julianaazevedorj@gmail.com.

² Instituição: FIC/FEUC - marinafgarcia04@gmail.com

Introdução

A escola é o locus da diversidade; dentro dela temos a presença de múltiplas formas culturais que coabitam no mesmo espaço, o que não significa que todas as culturas são comumente valorizadas ou respeitadas. A prática pedagógica moderna tem sido desafiada a buscar formas de superação da homogeneidade cultural. Devido a luta de movimentos sociais o multiculturalismo tornou-se uma pauta importante em atendimento das minorias culturais marginalizadas, entrando, também, em debate no ambiente escolar.

Multiculturalismo em educação envolve a natureza da resposta que se dá nos ambientes e arranjos educacionais, ou seja, nas teorias, nas práticas e nas políticas. Multiculturalismo em educação envolve, ainda, um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados. Nesse sentido, multiculturalismo em educação envolve, necessariamente, além de estudos e pesquisas, ações politicamente comprometidas. (CANDAUI, 2008, p.7)

A educação multicultural possui várias abordagens e o presente trabalho possui enfoque na proposta intercultural, a qual possui alguns princípios norteadores como: relação mútua entre grupamentos de diferentes culturas, a renovação cultural contínua presente nos espaços históricos temporais, o movimento de hibridação cultural e a relação coexistente entre diferenças e desigualdades. Este modelo objetiva o reconhecimento do “outro”, o enfrentamento de conflitos decorrentes das diferenças e um delineamento de sociedade em comum. As discussões sobre valorização cultural na educação refletem a problemática da segregação social e cultural, sendo um dos fatores da evasão escolar.

Se a cultura escolar é, em geral, construída marcada pela homogeneização e por um caráter monocultural, invisibilizamos as diferenças, tendemos a apagá-las, são todos alunos, são todos iguais. No entanto, a diferença é constitutiva da ação educativa. Está no "chão", na base dos processos educativos, mas necessita ser identificada, revelada, valorizada. Trata-se, de dilatar nossa capacidade de assumi-la e trabalhá-la. (CANDAUI, 2008, p.25)

A abordagem intercultural possui muitos desafios integrados à sua prática e, nesta perspectiva, surgem questionamentos a respeito de sua aplicação nos métodos escolares, tais quais: Como visar um projeto de sociedade comum, com valorização das identidades culturais em uma sociedade de classes? Até onde a escola é responsável por modificações

sociais e como possibilitá-las?

Neste sentido, este trabalho argumenta acerca da educação multicultural, com objetivo de desenvolver e incorporar práticas pedagógicas de educação contra-hegemônicas e para reflexão sobre a necessidade de uma abordagem histórico crítica dos conteúdos; problematizar uma educação que seja transformadora das relações desiguais; reconhecer a disparidade de acesso a bens culturais e deslegitimar qualquer forma de discriminação, seja ela de classe social, raça, gênero ou cultural; impulsionar uma formação pedagógica que contribua para transformar a estratificação cultural e assim combater a situação de fracasso escolar através do multiculturalismo, para que todas as formas de cultura tenham voz.

No primeiro momento, aborda-se a cultura como objeto de estudo, através de sua conceituação, sendo analisada historicamente desde o surgimento da antropologia, na tentativa de investigação da cultura como um modelo biológico de evolucionismo cultural, até a evidenciação de cultura como caráter social; sendo assim, através da relativização, há uma proposta de diálogo entre cultura e educação. Ainda nesta proposta, observa-se o surgimento da escola e como esta passou a ser encarregada da tarefa de perpetuar o aprendizado, fazendo parte do processo cultural.

Em seguida, analisa-se a relação entre educação e multiculturalismo, explicitada por Candau (2008), abordando o papel social da escola contemporânea na educação de multiculturas, o processo de universalização de saberes e a busca pela ruptura dessa vertente, através de uma prática educacional intercultural, sendo definidos os pressupostos e parâmetros desta linha de pesquisa.

Por fim, são problematizados os desafios para uma prática intercultural, provocadas reflexões no tocante de como oferecer uma educação multicultural que propicie combater as desigualdades sociais. Desta forma, como alternativa de viabilizar uma educação que resulte na prática social é apresentado o modelo histórico crítico dos conteúdos, proposto por Saviani (2007).

1. Conceituação de Cultura e sua Historicidade

A cultura é um processo essencialmente humano, é o que concede sentido à vida, o que difere os homens dos outros animais; através dela são atribuídos significados às realizações humanas, emoções, linguagens, compreensões, agir/portar-se no mundo, relacionar-se, formação de credos, princípios morais, entre tantas outras possibilidades de atividades que o meio cultural proporciona. A cultura estabelece normas para convívio em sociedade, o agir do indivíduo é realizado de acordo com os padrões da sua realidade cultural e influenciam em sua forma de olhar outros modelos culturais.

O processo cultural é acumulativo e produzido de acordo a sabedoria dos grupos antepassados e com as experiências vivenciadas pelo indivíduo, formando comportamentos que resultam do meio no qual está inserido. As relações culturais estão em constante transformações, e como parte do processo social são passíveis de mudanças através dos contextos sociais, temporais, período histórico, meios materiais, influências entre outras culturas. Desta maneira, ao apresentar uma característica dinâmica, pode resultar em conflitos de gerações.

Enquanto forma de organização, a cultura surge como objeto de estudo primordialmente com um referencial evolucionista, mediante a teoria propostas por Charles Darwin, na qual se observou o processo de evolução dos seres vivos e suas mudanças relacionadas ao ambiente ao qual pertenciam:

A evolução compreende, com efeito, a conservação de um grande número de indivíduos, variando mais ou menos numa direção favorável, e a destruição de um grande número dos que variam de uma forma contrária. Não oferece dúvida alguma que muitas espécies se desenvolveram de uma forma excessivamente gradual. As espécies e mesmo os gêneros de numerosas grandes famílias naturais são tão aproximados que é muitas vezes difícil distingui-los uns dos outros. (DARWIN, 2003, p.269)

Sendo assim, parte-se deste princípio para o surgimento de um método científico que pudesse explicar a diversidade humana, suas origens e evoluções, dando luz à Antropologia. Pautada nas ciências naturais, buscava-se respostas correlacionadas à natureza do homem, mediante comparações dos processos evolutivos dos outros animais,

tendo em vista que estes possuíam uma evolução linear, transpondo este modelo para a espécie humana através da comparação de raças e seus níveis de organização e civilidade. Inicialmente a maior preocupação dos pesquisadores era estabelecer escalas organizacionais de culturas, considerando que todas as sociedades passavam por processos evolutivos, classificando-as em categorias ditas selvagens ou civilizadas.

Neste modelo de adaptação biológica para a pesquisa, cria-se uma justificativa de ciência errônea, que, ao abordar as diversidades culturais usava-se como referencial as civilizações europeias, desqualificando qualquer outro meio cultural, designando como bárbaros ou selvagens, povos que não manifestassem este modelo cultural. Por este ângulo a antropologia evolucionista aderiu à uma linha de pesquisa que ressalta o etnocentrismo. Laraia (2001) ressalta que:

O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão. As autodenominações de diferentes grupos refletem este ponto de vista (...). O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. (...) Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais. (LARAIA, 2001, p.38)

A falácia neste processo de pesquisa remete à questão etnocêntrica na qual resulta em uma hierarquização cultural, legitimando a soberania europeia e domínio de povos, gerando exploração e extermínio de populações.

Críticas foram geradas ao modelo de evolucionismo cultural, a respeito da comparação de diferentes tipos de sociedades que não têm estabelecidas as mesmas regras sociais, e a falta de perspectiva histórica como embasamento teórico. Percebe-se, então, que os animais possuem uma evolução a longo prazo e modificação de sua espécie para adaptação ao meio, e o ser humano, diferentemente disso, passou por poucas modificações biológicas durante o seu processo evolutivo, à medida que constituiu-se da cultura, criou meios de locomoção, vestimentas, matérias para busca de alimentos e outros. Através de uma nova abordagem histórica e social percebe-se que o processo cultural ofereceu aos homens uma evolução muito mais dependente do aprendizado e acumulação de experiências do que propriamente genética e evolucionista biologicamente. Este ponto de partida contrapõe a atribuição genética a qualidades e

personalidade, sendo estas constituídas no meio social. De acordo com as leituras realizadas, usar genética para conceituar características pessoais, além de ser errôneo, acaba por disseminar também uma forma de preconceito a determinadas culturas. Laraia (2001) afirma que:

O perigo desses tipos de explicações é que facilmente associam-se com tipos de discriminações raciais e sociais, numa tentativa de justificar as diferenças sociais. Assim, até mesmo o sucesso empresarial passa a ser explicado como uma forma de determinação genética e é ilustrado com a enumeração das diferentes dinastias de industriais ou empresários. (Idem, p.24)

Através das descobertas antropológicas ligadas ao meio social, nota-se a necessidade da abordagem relativista, na qual cada cultura possui uma lógica própria de funcionamento que não deve ser comparada a outras para fim de um nivelamento cultural. O estudo das culturas é relevante, de forma a expressar uma natureza de transformação dos meios culturais, onde são exprimidos e modificados historicamente e mediante o processo de aculturação resultante do contato de diferentes costumes. Sendo assim, a cultura nunca é estática e sim um processo em continuação.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (LARAIA, 2001, p. 24)

Sendo a cultura um desenvolvimento acumulativo e social, ela se dissemina ou se difunde através do aprendizado, tendo em vista que este é o meio pelo qual o saber em comunidade é reproduzido; é o instrumento pelo qual as experiências, tradições, ritos, mitos, e costumes são passados por gerações, e são adquiridos por observação e prática. Desta forma, possui uma relação íntima com a educação, que viabiliza o fator de desenvolvimento das aptidões e capacidades cognitivas do indivíduo, organizando a sociabilidade. Sendo assim, a educação faz parte da história da Humanidade.

Com o surgimento da escola, foi atribuído à instituição uma conceituação sobre educação formal, onde se estabelecem métodos, normas e tempos específicos de ensino/aprendizagem, embora estes tenham sido construídos através de uma longa linha espaço temporal. A escola, surgiu na Grécia antiga, onde discípulos e tutores lecionavam, com objetivo de formação integral do indivíduo, sendo a escola, desde sua formação, de uso exclusivo das elites. Na Idade Média age como instituição com a finalidade de

transmissão do saber, não havendo distinção entre crianças e adultos, e passa a ser marcada pela seleção de valores religiosos e destinado aos burgueses, tendo aparato de segregação social.

Mediante a Revolução Industrial o crescimento escolar foi notório, visto que passam a ser necessárias instruções básicas de contagem e leitura para os trabalhos realizados nas fábricas, transformando a educação escolar em organização de poder centralizado.

Por outro lado, a burguesia já no poder percebeu também a necessidade de "socializar" e "educar" a massa trabalhadora existente nos grandes centros urbanos, para formá-los como "bons" cidadãos e trabalhadores disciplinados. Com isso, vemos a Escola surgindo com claras funções: inculcar os valores, hábitos e normas da classe que domina, ou seja, inculcar a ideologia burguesa e, com isso, mostrar a cada um o lugar que deve ocupar na sociedade, segundo sua origem de classe. (COIMBRA, 1989)

Dessa maneira, a escolaridade é utilizada como instrumento gerador de desigualdades no sistema capitalista, onde a formação não é justa a todas as camadas da sociedade; a educação ao proletário é aplicada para formação mínima, em busca de mão de obra para as fábricas, gerando uma educação dualista, dando respaldo aos privilégios das classes burguesas.

2. Relação entre educação e multiculturalismo

Passando por vários processos de mudanças ideológicas, a escola contemporânea intenciona a sociabilidade, a formação do cidadão crítico e autônomo, a conduta esclarecida por parte dos indivíduos e, mediante o trabalho educacional, a transformação da sociedade. Na perspectiva educacional, a escola é o local designado à socialização das relações culturais, por isso a questão multicultural tem apresentado um grande enfoque na área pedagógica recentemente. A coexistência de muitas culturas em um mesmo espaço implica em grandes reflexões a respeito das problemáticas escolares atuais, como evasão escolar, altos índices de reprovação ou até mesmo o bullying. Isto adquire o sentido de compreender a escola como o local onde se realiza, de fato, o cruzamento de

culturas na sala de aula, com atendimento a alunos de diversas raças, etnias, gêneros, classes sociais e especificidades, convivendo e compartilhando dos mesmos meios e conteúdos programáticos pré-definidos.

O panorama multicultural é resultado de embates travados por movimentos sociais em busca de melhorias para as minorias historicamente excluídas, como o movimento negro e feminista, entre tantos outros que buscam representatividade para suas causas na sociedade. Surgiu posteriormente ao contexto educacional, através da necessidade de formação profissional acadêmica de educadores preparados para lidar com a problemática. Um debate multicultural emerge também da necessidade de compreender os contextos referentes, nos quais as culturas se encontram. Na América Latina como um todo, as relações eurocêntricas permeiam os processos educacionais, devido à sua formação histórica de colonização. Emília Ferrero relata este processo no contexto latino americano da seguinte maneira:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar a igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (LERNER apud CANDAU, 2012, p.2)

Na perspectiva educacional temos saberes que são submetidos a uma metodologia de ensino que visa à universalização. Desta forma, a escola passa por um sistema de homogeneização de seus alunos, com um discurso em torno da igualdade, sem que ocorra uma valorização positiva das diferenças, ou qualquer forma de comunicação entre as várias culturas que são pertinentes ao contexto escolar, para que ocorra a desejada desconstrução de visões intolerantes, perpetuando as relações desiguais e a afirmação de igualdade em direitos, mas com invisibilidade das diversas demandas identitárias.

A multiculturalidade é a linha educacional que se contrapõe ao monoculturalismo, enfatizando a necessidade da inclusão da pluralidade cultural nas práticas pedagógicas, em busca de convivência respeitosa e proveitosa, na medida em que os processos de trocas culturais são ricos para a educação. Nesta perspectiva, a educação multicultural fornece vez e voz para grupos minoritários.

O multiculturalismo tem diversas abordagens e algumas delas reforçam a hegemonia existente no campo educacional. Identificamos as abordagens assimilacionista e diferencialista, onde na primeira há uma integração de diversas culturas no mesmo espaço, sem que de fato haja uma inclusão das diferenças de identidades na formação da escola, promovendo uma política voltada para universalização de saberes; já na vertente diferencialista há reconhecimento das diversidades existentes, e enfoque em sua autenticação; porém, para que ocorram as manifestações culturais, são adotados espaços específicos para cada grupo cultural, gerando assim um modelo separatista de sociedades.

Uma política assimilacionista - perspectiva prescritiva - vai favorecer que todos/as se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. No entanto, não se mexe na matriz da sociedade (...) Uma segunda concepção pode ser denominada de multiculturalismo diferencialista ou, segundo Amartya Sen (2006), monocultura plural. Esta abordagem parte da afirmação de que quando se enfatiza a assimilação termina-se por negar a diferença ou por silenciá-la. Propõe então colocar a ênfase no reconhecimento das diferenças. Para garantir a expressão das diferentes identidades culturais presentes num determinado contexto afirma ser necessário garantir espaços próprios e específicos em que estas se possam expressar com liberdade coletivamente. (CANDAUI, 2008, p.20-21).

Há também a referência intercultural como um terceiro viés ideológico, que diferentemente das duas linhas citadas anteriormente, busca o reconhecimento das diferenças e identidades culturais de forma a ressaltá-las e a enfrentar possíveis conflitos resultantes do reconhecimento do “outro”. Esta perspectiva possui características próprias, dentre elas: estímulo deliberado da inter-relação entre os grupos culturais de uma determinada sociedade; compreender que não há culturas inteiramente puras ou estáticas, sendo resultado de um processo dinâmico ao longo da história; a percepção de relação de poder existente em todas relações culturais que levam à discriminação de determinados grupos e sujeitos; e por conseguinte, uma última característica na qual não se desvincula o conflito entre diferença e desigualdade, admitindo diferentes configurações a cada realidade, porém não se reduz um ao outro. Seguindo ainda o ponto de vista intercultural, verificamos que ele tende a romper com a visão padronizada dos processos de identidades, estimulando o enfrentamento de conflitos resultantes do trabalho em relação às diferenças. Segundo Candau (2008):

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do "outro", para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para negociação cultural, que enfrenta os

conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas. (CANDAUI, 2008, p.23)

Nesta lógica, a interculturalidade busca a interação de diversas formas culturais, através do reconhecimento das diferenças, resolvendo conflitos e buscando um projeto em comum de sociedade.

3. Desafios à prática intercultural

Diante da perspectiva intercultural presente como uma concepção em ascensão dentro do campo educativo, deve-se levar em conta os desafios da adoção desta abordagem nas práticas pedagógicas de forma efetiva, para que esta não seja utilizada meramente como aparato ideológico ou instrumento mecânico, uma fórmula ou receita. A grande complexidade do trabalho prático desta abordagem no espaço escolar nas últimas décadas, tem uma vertente muito mais cenográfica e encarregada de seguir roteiros de datas comemorativas, do que uma imersão no universo cultural e sua relativização. Como exemplo desta prática pedagógica temos a abordagem do dia do índio dentro dos sistemas educacionais, desenvolvida em uma data festiva, através da reprodução de um conteúdo genérico sobre uma cultura vasta e essencial à formação histórica brasileira, com pinturas que índios brasileiros não reproduzem, estimulando alunos à repetição de sons e gestos da cultura indígena norte-americana /mexicana, sem difundir as diferenças entre essas culturas, ou debate e informação clara à respeito das culturas indígenas nacionais. Outro exemplo posto em reflexão são as festividades juninas, onde são tratadas as tradições nordestinas sem aprofundamento nas várias formas de culturas do Nordeste, como: literatura, arte, música, cinema. Desta maneira, as abordagens culturais como datas festivas acabam se tornando estratégia de publicidade para atração de pais e alunos, de forma contrária ao que sugere propriamente a oportunidade de tratar da interculturalidade através do reconhecimento das diferenças e valorização das múltiplas formas culturais.

Ainda como desafio presente no campo intercultural, o reconhecimento do “outro” passa por antagonismos existentes nas disparidades sociais. Sendo assim, na adoção de uma prática intercultural, surgem questões tais quais: como reconhecer e valorizar as diversas formas de identidades em uma sociedade tão desigual? Como visar um projeto único em comum, dentro de uma sociedade de classes? Como tratar de forma igualitária uma parcela da sociedade inferiorizada culturalmente, pelos valores dominantes? Até onde a escola é responsável por transmitir estes valores e como reverter esta situação para transformar ideias em ações?

Deste modo, a escola como instituição, deve reconhecer que a seleção cultural adotada no processo educacional leva à legitimização e conseqüente institucionalização de saberes das classes dominantes, à medida em que são elas que possuem o poder hegemônico de aquisição da cultura, vista e considerada como culta. Desta forma as elites detêm o saber, pois estipulam o que é saber ou não. A escola, como uma das esferas constituintes da sociedade não é um local neutro, nela são instituídas posições políticas e ideológicas, uma intencionalidade de planos e ações que são reafirmados através do projeto político pedagógico, porém, mediante a subordinação de conteúdos e camuflagem de conflitos de classe, pode vir à contribuir para reprodução da estrutura social constituinte. A respeito desse tema torna-se relevante o levantamento de domínio intelectual e cultural, através da disseminação dos valores das elites pela escola; desta forma, a educação formal age como aparelho hegemônico:

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em/e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola à Universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais). (SHEENI, 2007, p.4)

A educação formal é utilizada como ferramenta de grupos hegemônicos, grandes empresas ligadas ao serviço educacional que utilizam deste como negócios, alimentando o sistema corporativo capitalista; deste modo este processo acaba por gerar exclusão de grande parcela da população, visto que o investimento neste setor é de alto custo. Através

da educação como mercadoria, se perde o caráter formador crítico deste processo, propiciando uma referência “conteudista” e metodológica. A presença do ensino público e gratuito, não necessariamente assegura o acesso ou a permanência dos alunos; desta forma há uma estratificação da sociedade através da educação, entre a parcela da população voltada à formação de pensadores, outra voltada para a formação de mão obra para serviços básicos e uma terceira que, sem acesso à educação escolar, transforma-se em serviço barato aos grandes grupos corporativistas.

Levando em conta este processo hegemônico da conjuntura educacional, nota-se que as sociedades culturalmente marginalizadas surgem através de um panorama ligado à formação e segmentação escolar. Sendo assim, não se torna difícil associar discriminação de negros ao encadeamento de disparidades econômicas e educacionais, visto que a população negra passou por processos de dominação e escravidão. No mesmo patamar, também, a associação da cultura indígena como inferiorizada através de sua dizimação, estando estes fatores correlacionados às relações de poder, onde as classes dominantes se utilizam da educação como uma maneira de opressão, gerando o processo discriminatório de culturas não pertencentes à pedagogia dominante.

Através desta análise observa-se que o projeto de sociedade em comum acaba por se transformar em um processo utópico dentro das realidades do mundo neoliberal, desta forma, o trabalho intercultural, necessariamente, precisa estar atrelado ao processo de formação crítico histórico e de noção de classes, para modificar as relações de desigualdades sociais e, concomitantemente, as desigualdades culturais. A educação possui consigo uma dualidade atrelada, no sentido em que pode ser utilizada como instrumento de domínio, mantenedor das relações sociais vigentes, porém, possui ao mesmo tempo, um caráter de compreensão da sociedade, pois, acreditamos que através de uma análise crítica da educação escolar o sujeito pode tornar-se consciente e passe a buscar reflexões a fim de enfrentar o sistema para superação da dominação e das desigualdades sociais. Entretanto, a educação não se torna redentora dos males sociais, já que se constitui como uma das esferas da sociedade, mas, aplicada de forma crítica, pode servir como instrumento de conhecimento em busca de uma ação emancipatória.

Por este ângulo, a educação como instrumento de modificação da esfera social, se torna possível mediante às reformulações teórico-metodológicas das abordagens

escolares, dinamizando o processo de ensino e aprendizagem ao inferir na prática social dos alunos. Consequentemente, deve-se pensar em modelos educacionais para além da concepção pedagógica tradicional com aspecto mecanicista de aquisição de conteúdos, no qual o processo emocional e afetivo dos discentes não se enquadram no desenvolvimento educacional, mas também se faz necessária uma abordagem discordante da proposta escolanovista, na qual as atividades são guiadas pelas aptidões dos discentes, delimitando aquisição técnica dos conteúdos ao despertar de interesses dos estudantes.

A aquisição dos conteúdos programáticos são de extrema necessidade nas relações empregadas atualmente; apesar do teor eurocêntrico atribuído à educação erudita, não se pode negligenciar a contribuição histórica e científica que os objetos de estudos trouxeram como forma de desenvolvimento. Sendo assim, a classe trabalhadora precisa ter acesso e obter esse conhecimento para sua formação pessoal e para atuação no mercado de trabalho e, também, visando fins de crescimentos acadêmicos.

Neste ponto de vista para uma abordagem intercultural que possa combater as diferenças dialéticas estruturais da sociedade, se faz necessário uma pedagogia histórico-crítica proposta por Saviani (2007), na qual o professor se torna mediador do pensamento que vai da síntese à síntese, para uma assimilação dos conteúdos programáticos, porém de maneira crítica e reflexiva, resultando na evolução do processo de conhecimento.

A pedagogia histórico-crítica, interessada em articular a escola com as necessidades da classe trabalhadora, está empenhada em por em ação métodos de ensino eficazes. Situa-se, assim, para além dos métodos tradicionais e novos, visando superar por incorporação as contribuições dessas duas tendências pedagógicas. Nessa perspectiva seus métodos estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 2007, p.8)

A utilização deste método pedagógico, tem como proposta inicial a prática social coletiva, tanto dos discente quanto dos docentes, porém, experimentada diferentemente por ambos, pois, através desse pressuposto surge a problematização, na qual são indagados os desafios propostos através da educação, que serão utilizados para a instrumentação de aquisição dos conteúdos, resultando na resolução de problemas

inseridos na prática social, transformando os aparatos teóricos em ferramentas para alcance da transição da sociedade desigual.

Através desse modelo, o conhecimento passa a se converter em interesses dos alunos, à medida que se insere no bojo da realidade social, onde o papel do professor, como mediador do trabalho educativo, não se apresenta como um ser autoritário, e nem por isso restringe os conteúdos às aptidões dos alunos, possibilitando assim, uma mudança qualitativa na sistematização de conhecimentos.

Orientada por essas preocupações a pedagogia histórico-crítica procurou construir uma metodologia que, encarnando a natureza da educação como uma atividade mediadora no seio da prática social global, tem como ponto de partida e ponto de chegada a própria prática social. O trabalho pedagógico se configura, pois, como um processo de mediação que permite a passagem dos educandos de uma inserção acrítica e inintencional no âmbito da sociedade a uma inserção crítica e intencional. A referida mediação se objetiviza nos momentos intermediários do método, a saber: problematização, que implica a tomada de consciência dos problemas enfrentados na prática social; instrumentalização, pela qual os educandos se apropriam dos instrumentos teóricos e práticos necessários para a compreensão e solução dos problemas detectados; e catarse, isto é, a incorporação na própria vida dos alunos dos elementos constitutivos do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2007, p.9)

Desta maneira a educação, ao apropriar-se do papel de entidade responsável por romper com os estigmas sociais, oportuniza transpassar o etnocentrismo e a marginalização de grupos, atuando verdadeiramente no reconhecimento do outro através de uma abordagem histórico crítica, na qual, além da valorização das identidades possa também perceber o porquê deste processo ser necessário, o surgimento do estigma étnico e como este gera privilégios a uma determinada camada social em decorrência da segregação de outra.

Considerações Finais

A elaboração deste artigo apresentou o exercício do multiculturalismo nas ações pedagógicas, através da inter-relação entre cultura e aprendizagem, no qual a educação atua como ponte de construção do conhecimento, assumindo o papel de trabalhar o

reconhecimento das múltiplas formas de culturas e como gerir esses conflitos resultantes das diferenças, para enriquecimento do trabalho didático.

A aplicação de uma educação intercultural busca resolução de problemas constituídos para além dos muros da escola, como a disparidade de acesso a bens culturais, a hegemonia dos grupos corporativos usando a educação como mercadoria, os demarcadores que inferiorizam classes desfavorecidas e o resultado dos preconceitos relacionados a ordens culturais como: xenofobia, racismo, homofobia.

No decorrer deste trabalho foram levantadas questões sobre a aplicação da abordagem intercultural e suas objeções, como forma de assegurar que esse modelo não se torne um paradigma. O questionamento realizado sobre a percepção intercultural contribui para enfatizar que este só pode ser efetivamente inclusivo, mediante a uma posição de ensino histórico crítico no qual a ação social coletiva passa a ser questionada para busca de mudanças nas práticas sociais.

O projeto de sociedade comum proposto pela concepção intercultural torna-se um processo ativo na medida em que transforma ideias em ações, na aquisição de consciência e reflexão integrada à prática, para rompimento das relações desiguais, trabalhando em um âmbito além da justiça social, atuando como forma de ultrapassar as barreiras impostas pelo capital econômico e superação deste modelo.

Por fim, mediante o estudo feito por este trabalho, é possível notar que a interculturalidade envolve diferentes aspectos, de forma que oportuniza novas formas de pesquisa a respeito da temática, com estratégias que incentivem a construção pluricultural na vivência dos alunos, valorizando as diferenças, desconstruindo os valores homogêneos do ensino, incluindo a importância do reconhecimento das identidades, ao papel social da escola moderna, resultando em uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

CANDAU, V. M. *Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença*. GECEC. Departamento de Educação, PUC-Rio/CNPq. 2009.

COIMBRA, Cecília Maria B.. As funções da instituição escolar: análise e reflexões. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s.l.], v. 9, n. 3, p.14-16, 1989. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98931989000300006>> Acesso: 14 maio 2019.

DARWIN, C. *A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza*. 1 vol., Tradução Mesquita Paul. Portugal-Porto: LELLO & IRMÃO Editores, 2003.

FREITAS, F. S. *A Diversidade Cultural como Prática na Educação*. (Livro Eletrônico). Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um Conceito Antropológico*. 14 Ed. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2001.

MELO, Alessandro de. *Fundamentos Socioculturais da Educação*. Curitiba: IBPEX, 2001.

MOREIRA, A. F. B. & CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica”. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão [Org.]. *Pedagogia histórico-crítica: 30 anos*. Campinas: Autores Associados, 2007.